

PLANO DE ENSINO – CURSO ANUAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 PROFESSOR: MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA
- 1.2 DEPARTAMENTO: DIREITO PÚBLICO
- 1.3 DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- 1.4 SÉRIE: 4º ANO TURMAS: A e B TURNOS: DIURNO E NOTURNO
- 1.5 CARGA HORÁRIA SEMANAL: 04 HORAS/AULAS
- 1.6 CARGA HORÁRIA ANUAL: 144 HORAS/AULAS

2. EMENTA

RECURSOS ORDINÁRIOS E EXTRAORDINÁRIOS. OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS – SUCEDÂNEOS RECURSAIS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO. PROCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULOS EXECUTIVOS. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO. DEFESAS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO. EXECUÇÕES ESPECIAIS.

3. OBJETIVOS GERAIS

- 3.1 TRANSMITIR AOS ALUNOS O APRENDIZADO DO PROCESSO CIVIL COM SEUS PRINCÍPIOS E LEVÁ-LO AO ENTENDIMENTO TEÓRICO E PRÁTICO ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA EM SINTONIA COM A REALIDADE FÁTICA E COM OUTROS RAMOS DO DIREITO;
- 3.2 PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO, SISTEMÁTICO E INTERDISCIPLINAR, FORNECENDO-LHE INFORMAÇÕES TEÓRICAS, CONJUGADAS ÀS QUESTÕES PRÁTICAS;
- 3.3 DESPERTAR O SENTIMENTO ÉTICO DOS ESTUDANTES SOBRE O USO DO PROCESSO E INCENTIVAR A PESQUISA E A FORMULAÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO.
- 3.4 A) CAPACITAR O DISCENTE A COMPREENDER E ARTICULAR TEORICAMENTE, DE FORMA CLARA, ORGANIZADA E COERENTE, OS PRINCIPAIS CONCEITOS E NORMAS CONSTITUTIVOS DESSE CAMPO DO DIREITO, DENTRO DO RECORTE ESTABELECIDO PARA O MOMENTO DE FORMAÇÃO (SÉRIE OU SEMESTRE) EM QUE SE INSCREVE A DISCIPLINA;
- 3.5 B) CAPACITAR O DISCENTE A RESOLVER QUESTÕES JURÍDICAS CONCRETAS (REAIS OU HIPOTÉTICAS) A PARTIR DA APLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS E NORMAS CONSTITUTIVOS DESSE CAMPO DO DIREITO, DENTRO DO RECORTE ESTABELECIDO PARA O MOMENTO DE FORMAÇÃO (SÉRIE OU SEMESTRE) EM QUE SE INSCREVE A DISCIPLINA;
- 3.6 C) CAPACITAR O DISCENTE A DESENHAR ESTRATÉGIAS JURÍDICAS PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS, A PARTIR DA APLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS E NORMAS CONSTITUTIVOS DESSE CAMPO DO DIREITO, DENTRO DO RECORTE ESTABELECIDO PARA O MOMENTO DE FORMAÇÃO (SÉRIE OU SEMESTRE) EM QUE SE INSCREVE A DISCIPLINA.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.1 TRANSMITIR AOS ALUNOS A TEORIA E SUA APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS, DOS RECURSOS EM ESPÉCIE, DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS, ATRAVÉS DE AÇÕES AUTÔNOMAS OU VIA DE SUCEDÂNEO RECURSAL.
- 4.2 LEVAR O ALUNO AO CONHECIMENTO DA TEORIA GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO, DAS EXECUÇÕES EM ESPÉCIE, EM ESPECIAL O PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL (COMPARANDO-O COM O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, MINISTRADO NO ANO ANTERIOR).

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO BIMESTRE

RECURSOS

- 1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS**
 - 1.1. PARTE GERAL**
 - 1.1.1. CONCEITO
 - 1.1.2. NATUREZA JURÍDICA
 - 1.1.3. ATOS JUDICIAIS
 - 1.1.4. ESPÉCIES DE RECURSOS
 - 1.1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DIDÁTICA
 - 1.1.5. NOMENCLATURA
 - 1.1.6. RECURSO ADESIVO
 - 1.1.6.1. PRESSUPOSTOS
 - 1.2. PRINCÍPIOS**
 - 1.2.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

- 1.2.2. COLEGIALIDADE
- 1.2.3. TAXATIVIDADE/ ADEQUAÇÃO/ TIPICIDADE
- 1.2.4. SINGULARIDADE/ UNIRRECORRIBILIDADE
- 1.2.5. DIALETICIDADE
- 1.2.6. PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS
- 1.2.7. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO
- 1.2.8. VOLUNTARIEDADE
- 1.2.9. PRECLUSÃO CONSUMATIVA OU NÃO COMPLEMENTARIDADE
- 1.2.10. SUCUMBÊNCIA RECURSAL
- 1.2.11. PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO RECURSAL OU DA MITIGAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA

1.3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

- 1.3.1. RELAÇÃO DOS REQUISITOS
- 1.3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS REQUISITOS
- 1.3.3. RESPONSÁVEL PELA AFERIÇÃO DESTES REQUISITOS
- 1.3.4. OBSERVAÇÃO FINAL

1.4. EFEITOS DOS RECURSOS

- 1.4.1. OBSERVAÇÕES GERAIS

1.5. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS

- 1.5.1. PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO
- 1.5.2. DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
- 1.5.3. PODERES E INCUMBÊNCIAS DO RELATOR
- 1.5.4. SE NÃO FOR CASO DE DECISÃO MONOCRÁTICA
- 1.5.5. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO

2. DAS ESPÉCIES DE RECURSOS

2.1. APELAÇÃO

- 2.1.1. CONCEITO
 - 2.1.1.1. ALGUMAS EXCEÇÕES AO CABIMENTO DA APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA
- 2.1.2. LEGITIMIDADE
- 2.1.3. FUNDAMENTOS
 - 2.1.3.1. ERROR IN PROCEDENDO
 - 2.1.3.2. ERROR IN JUDICANDO
- 2.1.4. PROCEDIMENTO
 - 2.1.4.1. PRAZO
 - 2.1.4.2. INTERPOSIÇÃO
 - 2.1.4.3. PREPARO
- 2.1.5. EFEITOS
 - 2.1.5.1. DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO
 - 2.1.5.2. EXCEÇÕES
 - 2.1.5.3. EFEITO SUSPENSIVO DENTRO DAS EXCEÇÕES
 - 2.1.5.4. LEMBRAR DO EFEITO ATIVO
- 2.1.6. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM
 - 2.1.6.1. EXTENSÃO DO RECURSO – PLANO HORIZONTAL
 - 2.1.6.2. PROFUNDIDADE DO RECURSO – PLANO VERTICAL
- 2.1.7. PODERES DE O TRIBUNAL DE ADENTRAR AO MÉRITO DO RECURSO
- 2.1.8. VEDAÇÃO DA INOVAÇÃO NA LIDE
- 2.1.9. JUÍZO DE RETRATAÇÃO
- 2.1.10. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO LIVRE

2.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO

- 2.2.1. CONCEITO
- 2.2.2. PROCEDIMENTO
- 2.2.3. PODERES DO RELATOR
 - 2.2.3.1. PRIMEIRO, VERIFICAR SE NÃO É CASO DO 932, III E IV
 - 2.2.3.2. SEGUNDO, NÃO SENDO O CASO, PODERÁ O RELATOR
 - 2.2.3.3. TERCEIRO, SE NÃO FOR CASO DE DECISÃO MONOCRÁTICA
- 2.2.4. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ENQUANTO NÃO JULGADO AGRAVO DE INSTRUMENTO
- 2.2.5. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO JULGADO E JUIZ SENTENCIA SEM INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO
- 2.2.6. AGRAVO DE INSTRUMENTO E JUIZADOS ESPECIAIS

SEGUNDO BIMESTRE

2.3. AGRAVO INTERNO

- 2.3.1. CONCEITO
- 2.3.2. PROCEDIMENTO

2.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

- 2.4.1. CONCEITO
- 2.4.2. CARÁTER INFRINGENTE
- 2.4.3. PROCEDIMENTO
- 2.4.4. EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS

- 2.4.5. EMBARGOS PREQUESTIONADORES
- 2.4.6. EMBARGOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS
- 2.5. **RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES**
- 2.5.1. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO**
- 2.5.1.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
- 2.5.1.2. CONCEITO
- 2.5.1.2.1. PREVISÃO LEGAL
- 2.5.1.2.2. PRESSUPOSTOS
- 2.5.1.2.3. REPERCUSSÃO GERAL
- 2.5.2. **RECURSO ESPECIAL**
- 2.5.2.1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
- 2.5.2.2. CONCEITO
- 2.5.2.2.1. PREVISÃO LEGAL
- 2.5.2.2.2. PRESSUPOSTOS
- 2.5.2.2.3. BASEADO EM DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL
- 2.5.3. **OBSERVAÇÕES INERENTES AOS DOIS RECURSOS**
- 2.5.3.1.1. NÃO CABIMENTO DE EXAME DE FATOS CONTROVERTIDOS
- 2.5.3.1.2. PROCESSAMENTO DOS RECURSOS
- 2.5.3.1.3. CONCOMITÂNCIA NA INTERPOSIÇÃO DOS DOIS RECURSOS
- 2.5.3.1.4. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO STJ QUE JULGOU RECURSO ESPECIAL
- 2.5.3.1.5. CABIMENTO NO JUIZADOS
- 2.5.3.1.6. JULGAMENTO POR AMOSTRAGEM
- 2.5.3.1.7. AGRAVO EXTRAORDINÁRIO

TERCEIRO BIMESTRE

- 2.5.4. **RECURSOS ORDINÁRIOS**
- 2.5.4.1. CONCEITO
- 2.5.4.2. CABIMENTO
- 2.5.4.3. PROCEDIMENTO
- 2.5.5. **EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA**
- 2.5.5.1.1. CONCEITO
- 2.6. **MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**
- 2.7. **SUCESÂNEOS RECURSAIS**
- 2.7.1. CONCEITO
- 2.7.2. **1ª FORMA- CORREIÇÃO PARCIAL**
- 2.7.2.1. CONCEITO
- 2.7.2.2. PRESSUPOSTOS
- 2.7.3. **2ª FORMA – SUSPENSÃO DA SEGURANÇA**
- 2.7.3.1. CONCEITO
- 2.7.3.2. PREVISÃO LEGAL
- 2.7.3.3. INTERPOSIÇÃO
- 2.7.3.4. LEGITIMADOS
- 2.7.4. **3ª FORMA – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**
- 2.7.4.1. CONCEITO
- 2.7.5. **4ª FORMA – REEXAME NECESSÁRIO**
- 2.7.5.1. CONCEITO
- 2.7.5.2. EXCEÇÕES
- 2.7.6. **5ª FORMA – “TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO”**

QUARTO BIMESTRE

- 2.8. **AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO**
- 2.8.1. **1ª FORMA – RECLAMAÇÃO**
- 2.8.1.1. CONCEITO
- 2.8.1.2. CABIMENTO
- 2.8.1.3. PROCEDIMENTO
- 2.8.2. **2ª FORMA – AÇÃO RESCISÓRIA**
- 2.8.2.1. GENERALIDADES
- 2.8.2.2. CONCEITO
- 2.8.2.3. PRESSUPOSTOS
- 2.8.2.4. LEGITIMIDADE
- 2.8.2.5. QUESTÕES PROCEDIMENTAIS
- 2.8.3. **3ª FORMA – AÇÃO ANULATÓRIA**
- 2.8.3.1. CONCEITO
- 2.8.3.2. AÇÃO ANULATÓRIA
- 2.8.4. **4ª FORMA – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL**
- 2.8.4.1. CONCEITO

- 2.8.4.2. PRAZO
- 2.8.4.3. CONTRA DECISÃO PROFERIDA NOS JUIZADOS ESPECIAIS

2.8.4.4. COMPETÊNCIA

- 1.1.1.1. **DO PROCESSO DE EXECUÇÃO**
- 1.1.1.2. EXECUÇÃO FORÇADA
- 1.1.1.3. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO
 - 1.1.1.3.1. DO CONTRADITÓRIO
 - 1.1.1.3.2. DA PATRIMONIALIDADE
 - 1.1.1.3.3. DA MÁXIMA UTILIDADE DA EXECUÇÃO
 - 1.1.1.3.4. DA MENOR ONEROSIDADE
 - 1.1.1.3.5. DA EXECUÇÃO EQUILIBRADA
 - 1.1.1.3.6. DA ESPECIFICIDADE
 - 1.1.1.3.7. DO ÔNUS DA EXECUÇÃO
 - 1.1.1.3.8. DA AUTONOMIA DA VONTADE
 - 1.1.1.3.9. DA NULLAEXECUTIOSINE TITULO
- 1.1.1.4. PROCESSO DE EXECUÇÃO
 - 1.1.1.4.1. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
 - 1.1.1.4.2. COMPETÊNCIA
 - 1.1.1.4.3. FORÇA POLICIAL
 - 1.1.1.4.4. CUMULAÇÃO DE EXECUÇÕES
 - 1.1.1.4.5. EXECUÇÃO DEFINITIVA E PROVISÓRIA
 - 1.1.1.4.6. SITUAÇÃO DO CÔNJUGE EXECUTADO
 - 1.1.1.4.7. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

1.2. FRAUDE CONTRA CREDORES E FRAUDE À EXECUÇÃO

1.3. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

- 1.3.1. CONCEITO
 - 1.3.1.1.1. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS
- 1.3.2. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
 - 1.3.2.1.1. FINALIDADE
 - 1.3.2.1.2. FASES
 - 1.3.2.1.3. PROCEDIMENTO
 - 1.3.2.1.4. PENHORA E DEPÓSITO
 - 1.3.2.1.5. AVALIAÇÃO
 - 1.3.2.1.6. ADJUDICAÇÃO
 - 1.3.2.1.7. ARREMATAÇÃO
 - 1.3.2.1.8. PAGAMENTO AO CREDOR
 - 1.3.2.1.9. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO
 - 1.3.2.1.10. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO
- 1.3.3. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA
 - 1.3.3.1.1. CONCEITO
 - 1.3.3.1.2. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA
 - 1.3.3.1.3. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA
 - 1.3.3.1.4. PROCEDIMENTO
- 1.3.4. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER
 - 1.3.4.1.1. NOÇÕES
 - 1.3.4.1.2. PRESTAÇÕES POSITIVAS
 - 1.3.4.1.3. EXECUÇÕES DE PRESTAÇÃO POSITIVA FUNGÍVEL
- 1.3.5. EXECUÇÕES ESPECÍFICAS DE PRESTAÇÕES FUNGÍVEIS E INFUNGÍVEIS
- 1.3.6. DA EXECUÇÃO DIRETA DAS OBRIGAÇÕES DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE

1.4. EXECUÇÕES ATÍPICAS

- 1.4.1. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
 - 1.4.1.1. PROCEDIMENTO
- 1.4.2. EXECUÇÃO ESPECIAL DE ALIMENTOS
 - 1.4.2.1. FORMAS
 - 1.4.2.2. PROCEDIMENTO

1.5. FORMAS DE DEFESA DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES POR TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

- 1.5.1. DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
- 1.5.2. AÇÕES AUTÔNOMAS
- 1.5.3. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR
 - 1.5.3.1. CONCEITO
 - 1.5.3.2. COMPETÊNCIA
 - 1.5.3.3. PRAZO
 - 1.5.3.4. OBJETO
 - 1.5.3.5. REJEIÇÃO LIMINAR
 - 1.5.3.6. EFEITO
 - 1.5.3.7. IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS
 - 1.5.3.8. SENTENÇA
 - 1.5.3.9. LEGITIMIDADE
 - 1.5.3.10. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS
 - 1.5.3.11. PROCEDIMENTO

- 1.5.3.12. EMBARGOS NA EXECUÇÃO POR CARTA
- 1.5.3.13. EMBARGOS DE SEGUNDA FASE
- 1.5.3.14. EMBARGOS DE RETENÇÃO POR BENFEITORIAS

1.6. EXECUÇÃO FISCAL – LEF – 6.830/80

6. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS (com auxílio de metodologias ativas e diálogo com alunos)

- 6.1 Exposições com o auxílio dos recursos da multimídia, quando for o caso.
- 6.2 Estudo dirigido: individual e em grupo
- 6.3 Técnicas de dinâmica de grupos (TBL – *Team Based Learning*) e debates;
- 6.4 Estudos de casos e PBL (*Problem Based Learning*)
- 6.5 Monografias e demais trabalhos escritos
- 6.6 Seminários
- 6.7 Redação de peças
- 6.8 Uso de vídeos, doutrina, textos complementares (role-playing)
- 6.9 Audiências simuladas

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

- 7.1 Provas objetivas
- 7.2 Provas dissertativas
- 7.3 Provas orais
- 7.4 Seminários
- 7.5 Trabalhos de pesquisa
- 7.6 PBL e TBL

8. INTERCOMPLEMENTARIDADE DISCIPLINAR

- 8.1 Intercomplementaridade, via conteúdo programático, pelo domínio de conceitos jurídicos fundamentais, comuns aos diversos componentes curriculares do curso superior de graduação em Direito, tais como Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Processo, Direito Constitucional, Direito Civil, Empresarial etc.
- 8.2 Intercomplementaridade pela consecução de habilidades e competências comuns aos diversos ramos do saber jurídico, tais como: domínio de normas técnico-jurídicas, de tecnologias e métodos; raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica; leitura, compreensão, interpretação e aplicação do Direito; utilização adequada da legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito; julgamento e tomadas de decisões apropriadas etc.
- 8.3. Intercomplementaridade pela busca da realização do mesmo perfil profissiográfico das demais disciplinas da organização curricular, compreendendo: adequada formação geral, humanística e axiológica; capacidade de análise, argumentação e compreensão da historicidade dos direitos; aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica (aprender a aprender), para o exercício profissional com justiça e cidadania (aprender a viver no mundo jurídico), numa perspectiva de educação continuada.

9. BIBLIOGRAFIA

8.1 BÁSICA

- 8.1.1 DONIZETTI, Elpídio. Curso de direito processual civil. 27ª. ed. São Paulo: Atlas, 2024.
- 8.1.2 NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 17ª ed. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2025.
- 8.1.3 SILVEIRA, Marcelo Augusto. Recursos, sucedâneos recursais e ações autônomas de impugnação no código de processo civil/15. 4ª ed. Salvador: editora JusPODIVM, 2025.

8.2. COMPLEMENTAR

- 8.2.1. BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2025.
- 8.2.2. DIDIER JR, Fredie e Rafael Oliveira. Curso de Direito Processual Civil – Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. São Paulo: JusPODIVM, v.III, 22ª ed., 2025;
- 8.2.3. JUNIOR, Humberto Theodoro. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: editora Forense, 66ª ed. rev., atual. e ampl., 2025.

8.2.4. JUNIOR, Nelson Nery/ NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. 20ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021. ASSIS, Araken. Manual da Execução. 22ª ed. São Paulo: RT, 2025.

8.2.5. ASSIS, Araken. Manual da Execução. 22ª ed. São Paulo: RT, 2025.

8.2.6. ASSIS, Araken de e BRUSCHI, Gilberto Gomes, coordenação. Processo de execução e cumprimento da sentença. 1. ed. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino.

Prof. Marcelo Augusto da Silveira